

## MORAL, ÉTICA, DEONTOLOGIA. DO PARADOXO AO PARADIGMA<sup>1</sup>

MORAL, ETHICS AND DEONTOLOGY. FROM PARADOX TO PARADIGM

MORAL, ÉTICA, DEONTOLOGÍA. DE LA PARADOJA AL PARADIGMA

*Michel Maffesoli\**

**Resumo:** Este artigo, num estilo ensaístico, procura esclarecer o significado de três termos recorrentes na literatura acadêmica: moral, ética e deontologia. Trata-se antes de uma atualização do que de uma historicização, procurando situá-los no tempo presente, esse mesmo tempo que, para muitos, se caracteriza por valores alternativos aos do passado e que, por isso, recebe a denominação de pós-moderno. Isto é, um tempo cuja sensibilidade é a do tribalismo, do hedonismo e das comunhões emocionais. A Razão, a Verdade e o Progresso, o tripé conceitual de um materialismo dialético marxista, cede espaço para a transfiguração da política ou, conforme Nietzsche, à “transvaloração de todos os valores”.

**Palavras-chave:** Pós-modernidade; tribalismo; imaginário; Nietzsche; ética.

**Abstract:** This paper, in an essayistic style, seeks to clarify the meaning of three recurring terms in the academic literature: moral, ethics and deontology. It is rather updating than historicizing, trying to place them at the present time, this same time that, for many, is characterized by alternative values in comparison to the past and that, therefore, receives a postmodern designation. The time in which sensitivity is tribalism, hedonism and emotional communions. Reason, Truth and Progress, the conceptual tripod of a Marxist dialectical materialism, gives room to the transfiguration of politics or, as Nietzsche says, the "revaluation of all values".

**Keywords:** Postmodernity; tribalism; imaginay; Nietzsche; ethics.

Existe uma relação entre a arte de compreender e a de tornar compreensíveis as coisas da vida. Estas coisas são o que elas são. Seria muita ingenuidade nossa acreditarmos que somos nós que as criamos. Ingenuidade ou pretensão, dependendo do caso. De qualquer forma, é isso que está na origem dessa confusão: confusão de palavras, confusão de sentimentos, confusão própria da mentalidade de uma época. Certamente, não se pode jamais deixar de repetir que o estar-junto é tributário do modo com que nos expressamos. Daí a necessidade de operacionalizar este trabalho constante de padre que consiste em desobstruir o pensamento dos nossos conformismos habituais e outras palavras dogmáticas, a fim de resgatarmos o sentido original das expressões fundadoras.

Necessário, mas que não é fácil, tamanha a quantidade de moralistas na vitrine. Convém, na verdade, saber se libertar da opinião dominante, o que, antigamente, se chamava “doxa”, a fim de pensarmos, da forma mais justa possível, aquilo que é. Catão, o Velho, sempre destacava em seus discursos a

famosa expressão: *Delenda Carthago est*. Significava uma imperiosa exigência pela sobrevivência de Roma. Talvez seja essa exigência que devemos identificar: mostrar a iniquidade do discurso moralista se quisermos compreender, com precisão e lucidez, o estar-junto contemporâneo. Principalmente, porque essa babéla moralista se encontra em todos os discursos políticos, os artigos jornalísticos e os livros universitários impregnados de bons sentimentos.

Todos obnubilados por uma lógica do dever-ser, o que não é a melhor maneira de apreciar o que é. Para retomar uma imagem de Nietzsche, esta secreção de moralina traduz, simplesmente, a defasagem das elites sociais em face da vida. Ou ainda o fato de que essa moralina, em nome de um princípio de realidade (política, econômica, social), seja uma abstração de um real mais complexo e rico. Real no qual as paixões, as emoções comuns têm um papel inegável. Real ou lúdico, o festivo e o onírico não podem mais ser acantonados atrás do “muro da vida privada”. É essa defasagem que nos permite compreender esta surpreendente inversão de valores na qual o *cogito ergo sum* cartesiano torna-se um *odi ergo sum*, “eu odeio, portanto eu sou”. Raiva que traduz nas histórias humanas que uma “circulação das elites” está em curso.

Na verdade, quando a sociedade oficiosa não é mais representada pela sociedade oficial, esta mesma tende a expressar seu mau humor. Logo, para aqueles que aquém ou além de uma postura catastrofista desejam estar atentos ao vitalismo dos humores atuais, convém perceber a sua forma interior. Apesar do aspecto errático do fenômeno, há um princípio que assegura uma coerência profunda e obstinada. Princípio regulando a ação e delimitando o imaginário que caracteriza o estar-junto. É o que Santo Tomás de Aquino denominou «Habitus»<sup>2</sup>. Trata-se de um princípio regulador no qual o clérigo do Quartier Latin, com o hábito (N.T. Refere-se, aqui, à vestimenta), induzia seus hábitos de vida, ao passo que o jurista da Cidade, tendo outro hábito, podia apresentar outras maneiras de ser. É para perceber um tal *habitus* que eu designei “as tribos pós-modernas” e que é preciso, também, fazer distinções entre termos que se confundem frequentemente: moral, ética e deontologia.

O humano, justamente, é repleto de húmus. O que nos encoraja a ter a humildade de aceitar o claro-obsuro de toda existência. Este é, exatamente, o fundamento daquilo que foi, de antiga memória, o caráter essencial tanto do pensamento erudito quanto do conhecimento comum: o discernimento. Em sua etimologia latina, *discretio*. Isso quer dizer o sentido da medida que prefere uma justiça concreta à justiça abstrata. Discrição que refuta os fanatismos e outras intolerâncias na origem das diversas inquisições e tribunais populares conhecidos de todos os totalitarismos. Nesse caso, o sentido desse discernimento é exatamente o fundamento desta *virtu* de que Machiavel fala e que, longe de ser obsoleta, garante, isto sim, a durabilidade de longa duração que é o princípio básico de qualquer sociedade: o estar-junto.

Os julgamentos apriorísticos são causa e efeito dos mimetismos sociais, desta pulsão animal que serve de fundamento àquilo que Gabriel Tarde

denominava, justamente, as “leis da imitação”. O instinto gregário, como se sabe, é o motor constante de nossa espécie animal. Desde Gide, sabe-se bem que não se faz boa literatura com bons sentimentos. Correm o risco de ser totalmente ineficazes para darem conta desta retórica social que constitui o cotidiano. De fato, é preciso aceitar com lucidez e humildade que o imperativo do conhecimento não se encontra em um mundo verdadeiro para além deste mundo aqui, uma consolação numa vida para além desta, num hipotético dever-ser. Em suma, isso significa não procurar mais a verdade das coisas a partir de uma atitude saliente, aquela saída da “lei do Pai”, a marca do Ocidente judaico-cristão, e sim em se contentar com uma verdade enigmática, saída de um desvelamento daquilo que é, desvalamento sempre inacabado.

Eis o que é congruente com a horizontalidade da “lei dos irmãos” cujos diversos meios de comunicação interativos, principalmente a internet, são vetores privilegiados. É essa espécie de postura intelectual que acentua o questionamento sobre a problemática (como um conjunto de problemas a mais do que as soluções prontas, próprias das certezas dogmáticas). É esta atitude, em consonância com a inquietude existencial, que permite que se sinta bater o impulso da vida e de reconhecer as linhas de força da socialidade contemporânea na qual o “politeísmo dos valores”, o policulturalismo, as identificações múltiplas parecem predominar. É esta transformação do indivíduo em pessoa plural, esta fragmentação das instituições homogêneas em tribos heterogêneas, de uma República una e indivisível em um mosaico, mais ou menos coerente, de comunidades, que deve nos incitar a percorrer um caminho e pensamento audacioso.

Aquele que permita compreender (o que é a característica essencial da pós-modernidade) de que forma os paradoxos se tornam paradigmas. A ética que é, frequentemente, confundida com moral, é, etimologicamente, tributária de um “site” (lugar) determinado. Ela é ligada a um lugar e à comunidade na qual vive. Este “território” pode ser real ou simbólico (virtual). Os “sites” comunitários na Internet o testemunham. A ética é particular. Ela pode ser, de vez em quando, imoral no que tem de cimento com um grupo dado; ela pode infringir as leis estabelecidas. Em oposição a uma moral una, as éticas são, estruturalmente, plurais, o que vai colocar-lhe um problema de adequação. É o fato de a harmonia não ser mais *a priori*, mas *a posteriori*. Se ficarmos com sua etimologia, a deontologia é a expressão exata do deslizamento do contrato racional e pensado no longo termo, em direção ao pacto.

Existe algo de selvagem, de primitivo no “situacionismo” deontológico. Estamos longe da habitual significação remetendo às regras e deveres de uma profissão. A deontologia consiste em agir, sem consideração do bem e do mal, como um “deve fazê-lo”, do jeito que convém fazê-lo em função da situação presente. É quando existe confusão de palavras que as coisas e os sentimentos tendem, igualmente, a se obscurecer. Daí a necessidade de sair da “armadilha semântica” utilizando uma palavra por outra. Para dizê-lo de um modo mais familiar, é preciso parar de “jogar areia nos nossos olhos”. Quando uma palavra

não está mais em dia com o vivido, ela se torna dogmática, como a famosa conversa fiada das burocracias estalinistas, e perde sua pertinência com o sentido científico. De repente, torna-se inadequada. E quando uma palavra está saturada, a coisa que ela designa também perde consistência e não tem mais força de atração.

Daí a necessidade, para além dos sermões encantatórios, de ajustar as palavras às coisas tais como são. Sabe-se, de longa data, que “o pássaro de Minerva só voa durante a noite”. De fato, é frequente não se ver o que, há muito tempo, já chegou. É sobre esse fosso que repousa o desaparecimento da “competência narrativa” que é a especificidade das elites modernas das quais se divertem as discussões no Café do Comércio e os diversos “Guignols”<sup>3</sup> da mídia. Na verdade, é quando as palavras não são mais pertinentes que é impossível apreender a força interior que anima certa cultura e, pois, as formas exteriores nas quais esta se manifesta. Donde a superficialidade da maioria das análises jornalísticas, políticas, universitárias contemporâneas. Trata-se de um provincialismo de espírito, incapaz de ver que o anômico de hoje é o canônico de amanhã.

Na verdade, nós estamos deixando uma época na qual o homem se considerava “mestre e senhor tanto de si quanto do universo”. É época na qual se acreditava que se fazia história. O universalismo, a moral e o contrato social são as palavras-chave de tal sensibilidade. Mas eis que, sub-repticiamente as verdadeiras revoluções, como se sabe, “avançam a passo de pomba”, esse otimismo se satura e tende a deixar lugar à emergência de um destino ao qual convém se ajustar. É disso que se trata a ética: se acomodar em um “site”, se acomodar neste lugar. Daí a emergência dos pactos que traduzem o aspecto emocional do laço cívico. Pactos emocionais dos quais a forma paroxística é o “situacionismo deontológico”, aquele da oportunidade, no qual a intensidade do momento compartilhado com os outros e a duração do instante substituem o projeto moral, longe e permanente (econômico, político, simbólico) próprio da modernidade.

É preciso insistir nisso. A moral repousa sobre uma lógica de projeção. Ela é, além disso, de essência religiosa (religiões semíticas), remetendo para uma vida no além desta vida aqui, acima dela. A moral governa de um modo normativo e judicativo a transição em direção à verdadeira vida, a de um paraíso celeste (judaico-cristão) ou terrestre (as utopias socialistas). Ela instala a injunção do “dever ser” e estimula a consciência individual e sua expressão filosófica: o racionalismo. Sua essência é, quer saibamos ou não, a escatologia. A ética, por outro lado, se agarra simplesmente ao “poder ser”, fundado sobre a experiência da comunidade. É causa e efeito de uma filosofia da existência, apoiando-se na empiria e no concreto. Quanto ao “situacionismo deontológico”, o ajustamento em relação aos outros e ao mundo é, essencialmente, introjetivo.

A lei moral, a de um indivíduo autônomo, capaz de elaborar sua própria lei (*auto nomos*), peça essencial do contratualismo, é centrífuga. A ética de si ou

deontologia, ao contrário, é *centrípeta*. De um modo heterônomo, é o Outro que lhe dita a lei. O Outro da tribo, o Outro da natureza, o Outro da deidade; é este Outro que o faz ser o que é. Ele absorve o mundo e o Outro do grupo. Ou, o que dá na mesma, ele, literalmente, é absorvido pelo mundo e pelo grupo. Do paganismo da *deep ecology* ao fato de “se perder” nos ajuntamentos festivos, é uma mesma lógica que está em curso: aquela da fusão, quer dizer confusão. Não serve para nada estigmatizá-la; é melhor pensá-la, nem que seja, como em casos similares, para evitar o pior. Talvez seja assim que um sonho coletivo se torne pesadelo. Eu já indiquei, e vale a pena se desprejar dos pensamentos comuns se quisermos entender o que Durkheim chamou de “caráter essencial” de uma época, de uma situação ou simplesmente uma ideologia social.

O que é esse “caráter” senão a marca específica, algo como a digital própria a esse indivíduo ou a uma determinada cultura? Não custa nada ir à raiz das coisas. Há momentos em que essa radicalidade permite que permaneçamos acordados, em um tempo de anestesia generalizada. É uma garantia de lucidez quando tende a prevalecer o “politicamente correto”, que já dá sinais de desgaste. Em primeiro lugar, como um princípio fundamental, a invenção do indivíduo. Eu digo “invenção” no sentido de uma comunidade originária e matricial que trouxe à luz (*in venire*) uma entidade separada, um mundo “indivisível”, tornando-se uma substância auto-sustentada. Este é o *principium individuationis* que a notória incultura continua a negligenciar, ou mesmo negar, mas que continua a ser o fundamento irrefutável da cultura ocidental ou moderna, que é a mesma coisa. Mas vamos, ainda, mais fundo.

Tal individualismo, o que pode ser qualificado de epistemológico, pode muito bem ser considerado como um monoteísmo de tradição semita. Para este último, através de várias revelações ou alianças, formalizadas por alguns profetas, de acordo com as leis básicas a respeitar, a salvação individual é possível. É esta a exceção de que falei. Estas religiões repousam sobre uma concepção dita soteriológica: crença no além, origem de numerosos mitos, fantasmas e outros devaneios, cada um deles tendo direito a uma eternidade de beatitude que nada (o pecado, a disfunção, a imperfeição etc.) poderá entrar. As vias para acessar um tal paraíso são, certamente, variáveis. As querelas teológicas e as numerosas guerras religiosas estão aí para comprovar. Mas o denominador comum é bem o respeito de uma lei da qual o indivíduo é contável e que lhe assegurará, de um modo inelutável, a salvação eterna.

Mas, para isso, é preciso que ele tenha consciência dos seus deveres. É preciso, sobretudo, que para além dos instintos e das pulsões animais, este indivíduo privilegie o que o diferencie, justamente, das outras criaturas: a consciência em suas múltiplas modalidades cognitivas. Na verdade, é uma especificidade do monoteísmo que incide sobre a razão. Este problema tem, aqui, sua legitimidade. De fato, uma das raízes do “dever ser” moral é esta progressiva racionalização do sagrado. Santo Agostinho, o que pode ser dito sem grande anacronismo, é o fundador da modernidade, do monoteísmo baseado na razão: “A razão humana conduz à unidade”, disse ele. Desse modo, o

aspecto fascinante e perturbador do sagrado é canalizado, expurgado de suas sobras idólatras também. Os grandes sistemas teológicos do século XIII perseguem essa domesticação lenta que a Reforma Protestante irá conduzir.

A análise de Max Weber sobre a “racionalização generalizada da existência”, fundamento do célebre “desencantamento do mundo” (*Entzauberung der Welt*), é um momento importante da evolução da ideologia moderna que, da teodiceia das “luzes radicais” à “Deusa da Razão”, vai chegar ao racionalismo sem Deus, terminando por se impor ao longo do XIX século. Aqui podemos ver que alguns chamaram a “Marcha Real do Progresso”, que, de Descartes a Durkheim, assegurou o fundamento da educação moral dos indivíduos cujo último recurso é estimular, fortalecer e aperfeiçoar o “livre arbítrio”. Um livre arbítrio que destila, ao longo dos séculos, um forte desejo de perfeição. Isso pode ser a ascese dos atletas da fé ou a abnegação do “valor do trabalho”, proposto por Marx, e que os heróis do realismo soviético simbolizavam muito bem. Em todos os casos, o “trabalho sobre si” ou o trabalho sobre o mundo deve ajudar a superar a alienação de um mundo corrompido.

O moralismo semita tem uma essência apocalíptica. Ele postula uma ruptura fundamental entre um presente imperfeito, abjeto e um futuro radioso. Quer se exacerbe em suas formas paroxísticas (como os fanatismos religiosos ou os eventos racistas) ou se dilua na ideologia contemporânea do “politicamente correto”, a moral nasce e se conforta em uma ambiência milenarista. Milenarismo difuso, utopista ou catastrofista, com uma constante fascinação pela desordem à qual, consciente (revolução) ou inconscientemente (religião) aspira-se, já que é assim que se alcançará a “parusia” ou a sociedade perfeita prometida pelas teorias de emancipação que floresceram no século XIX e das quais se pode notar o caráter religioso. Talvez seja isso que dê este ar mal-humorado aos cavaleiros de “triste figura” que são moralistas de todos os tipos.

Protagonistas de uma “utopia do desastre” que estão tentando, sem sucesso, esconder aspectos futuros, mas o cujo principal motivo é a condenação do “mundo de miséria”, o estigma da simples felicidade; talvez do ser, simplesmente. Eu quero dizer com isso que, para usar um tema recorrente na obra do psicólogo das profundezas que é Jung, e na do antropólogo Gilbert Durand, a tradição ocidental é, estruturalmente, “esquizofrênica”. Ela corta, diseca, distingue. Assim como Deus, *in tempore illo*, separou a luz das trevas, separou completamente o certo do errado. Dicotomização do mundo: natureza/cultura; corpo/mente; materialismo/espiritualismo e outros cortes tão abstratos quanto radicais. Esta atitude “analítica” despertou certamente o desenvolvimento científico e tecnológico, mas o “efeito perverso” levou, também, à “devastação do mundo”, de que nós sabemos as consequências.

O que é certo é que é essa esquizofrenia que é causa e efeito da própria redenção do sujeito para uma filosofia da história finalizada. História da salvação individual e história da salvação da humanidade, pontuando apocalipses religiosos e/ou políticos, que são o fundamento irrefutável de tal

tradição cujo tropismo primário se cristaliza na lógica do dever-ser. Existe uma diferença essencial entre “As confissões”, de Santo Agostinho, “O contrato social”, de Jean-Jacques Rousseau e o “Manifesto comunista”, de Karl Marx? Não, realmente. Porque ao lado de muitas outras obras de construção, antes dos muitos livros de “desenvolvimento pessoal” cujo estilo Nova Era tornou-se especialista, eles enfatizam a necessidade da emancipação *vis-à-vis* um “dado” natural dependendo do que poderia ser, o que gostaríamos de saber.

Estamos bem no centro desta necessidade paranoica de mudar o mundo. Injunção própria ao ativismo prometeico que serviu de desenvolvimento científico teórico e triunfo global de técnica, especificidade do moralismo anglo-saxão. Desde a Reforma Protestante, este último, na verdade, assumiu no ceticismo Mediterrâneo, para o qual a mistura entre a racionalidade clara e o paganismo, levou a entregar-se ao momento, a considerar natural o natural, a aceitar o inevitável. O que Nietzsche cristalizou em seu “amor fati”. Mas como todas as coisas humanas, a força interna conquistadora deste prometeísmo tornou-se progressivamente retórica de bons sentimentos, sermões xaroposos, adequada para todos os livros de edificação moral, escritos por aqueles que Max Weber chamou, um tanto ironicamente, “Kathederspropheten”.

Daí o aspecto normativo, judicativo que sempre prevalece na postura moral. A crítica, em seu aspecto trivial ou intelectualmente sofisticado, está constantemente em atividade. A crítica que, não esqueçamos, era originalmente o instrumento através do qual o juiz pesava as várias partes envolvidas e, assim, avaliava os seus valores específicos. A balança do magistrado ainda atua em muitas cabeças. É tão verdade que muitas vezes é *a priori*, com base em representações bastante abstratas, ideologias etéreas ou utopias generosas, mas não menos desencarnadas, que se cometem as piores práticas inquisitoriais, e que, como se sabe, são promulgadas para o “benefício” de quem as sofre. Mas, como para as várias inquisições e tribunais populares, é a ansiedade difusa que está na origem na postura judicativa. Ou o medo em relação a uma vida que, muitas vezes, se apresenta de forma efervescente.

Ao longo da história, benfeitores do “politicamente correto” mascararam sob um moralismo verdadeiro um real ódio da existência. Mentis afiadas como Scheler ou Nietzsche enfatizaram o caráter moral desse ressentimento amargo. Na verdade, trata-se de figuras paroxísticas, mas cuja caricatura é sempre instrutiva. Em suma, a moralidade é uma espécie de reprovação constante do que é apresentado com base no que nós representamos. Não é isso que se pode definir, conforme Goethe, aquele que, constantemente, está em desacordo com o mundo em que ele se encontra: “Der Geist der immer verneint”. O espírito que sempre diz que não. Desaprovação de origem judaico-cristã, referindo-se ao prazer em um mundo melhor, um “mundo para trás” de contornos indefinidos, mas dos quais a falta de definição mesma cria a necessidade de a lei, alcançando o abuso de leis que conhecemos, na vida econômica, social, política, pagou o preço.

Mas convém, igualmente, reconhecer que se a caricatura é instrutiva, ela sublinha, no seu excesso, sua fragilidade. De fato, as numerosas proclamações morais são, acima de tudo, encantações ou fórmulas mágicas pronunciadas, liturgicamente, a fim de obter efeitos sobrenaturais. O moralismo ambiente sublinha, ao contrário, que estamos assistindo à saturação da lógica do “dever-ser” que marcou a modernidade. Não se pode admitir que para além do linearismo histórico o tornar-se humano seja tributário de um ciclo permanente, o que Anaximandro chamava *genesis kai phthora*, gênese e declínio? Em suma, que depois do ciclo do universalismo moral, advém o do particularismo ético? Hipótese que o retorno dos fenômenos éticos, das exacerbações tribais, das múltiplas reivindicações localistas, coisas das quais a atualidade não é avara, parece corroborar.

Contra o milenarismo moralista (sobre o qual eu indiquei que o aspecto encantatório marcava seu fim), convém estarmos atentos a uma ambiência difusa que enfatiza o desapego. Paradoxo: se afastar do distante para se anexar a um lugar compartilhado com outros. Ajustar-se o melhor possível neste mundo. Mistério da proxemia. O lugar faz o elo, eis o que pode resumir a pertinência do aspecto prospectivo da ética. Existe uma figura misteriosa da qual fala São Paulo na 2ª epístola aos Tessalônicos que é a de Katechon, aquele que impede a vinda do anticristo e que permite com que se evite o apocalipse. Eis o que é paradoxal na visão escatológica, específica da tradição cristã. O que não cessa de colocar problemas aos diversos comentaristas das epístolas paulinas.

O jurista Carl Schmitt faz dessa figura um uso judicioso na sua luta contra a lógica do “dever ser”. De minha parte, eu penso que se pode interpretar a figura de Katechon como a metáfora do “sim” à vida. Contrário ao “não” da crítica, própria da moral, o apego ao prazer de ser se apresenta como uma irrefreável afirmação da vida como ela é: tal com apresenta e não como ela se representa. A ética, tanto na sua essência quanto no que ela é vivida, no dia a dia, é a expressão de um puro imanentismo ou, para dizer de outra forma, de um hedonismo difuso. Através da ética, começa um momento crucial, um giro sobre si mesmo ao longo do tempo. O índice de um ciclo que está terminando e o início de outro em gestação. Relata-se que Hegel diante das montanhas suíças não admitia dizer: “É assim”.

Banalidade ou amarga sabedoria é tudo que precisamos ter para assumirmos a coragem intelectual de nomear as coisas como elas são. A ética, pois, reflete a experiência concreta (*cum crescere*), o que *crece com*. Neste sentido, a ética exprime a essência do viver-junto popular. É o que Hölderlin chamava a essencial intimidade: “Innigkeit”. Tanto sua realidade interior quanto o que assegura a vida comunitária com os outros<sup>4</sup>. O que a ética descobre é que ao lado do “construído” existe o “dado”. No fundamento do poder racional, existe a potência emocional. Por mais paradoxal que possa parecer, o retorno da ética é, se estamos de acordo com a palavra no seu sentido pleno, uma verdadeira “inovação”, ou seja, que inventou a vida, trazendo à luz (*in-venire*) o

que está enraizado na memória antiga; isto nos sugere pensar o atual a partir do substancial.

Enquanto a moral é uma corrida frenética para a vida após a morte (terrestre ou celestial), a da "Cidade de Deus" ou a sociedade perfeita, a ética é um lento retorno à origem, ao "arcaico", caracterizando o que é o primeiro, fundamental. A base original do estar-junto. Ética que expressa a experiência primordial do "dado mundano". Favorece a intuição. Ela complementa a razão pelo sensível. Ou melhor, sensibiliza a razão. Tudo isso pode ajudar a compreender o medo da *intelligentsia* diante da "filosofia de vida", que, de Nietzsche a Bergson, destacou a empatia, a intuição, a prevalência das emoções e das paixões comuns, consideradas ultrapassadas, mas que aparecem nas múltiplas manifestações de um emocional cada vez mais presente. A ética compreendida assim está longe de uma moral transcendente, repousando num valor único, o monoteísmo.

Mas o contrário, baseada no presente, ela é ao mesmo tempo imanente e politeísta. É com isso que se pode falar de um imoralismo ético observável nas inúmeras práticas juvenis e, genericamente, no que se pode, metafisicamente, chamar de "tribos pós-modernas". O que prevalece nelas é o fato de se viver junto uma experiência coletiva, de vibrar em grupo. É o que os sociólogos chamam de empatia ou sintonia. São estas expressões que traduzem, para além do fechamento na consciência individual, a pulsão animal de viver, de participar magicamente, misticamente o que Durkheim denominava "efervescências comunitárias". Pode-se, nesse sentido, falar de uma "ética da estética", de um laço, de um cimento a partir das emoções ou das paixões compartilhadas. É tão verdade que "empatia" ou "harmonia" podem ser encontradas em uma multiplicidade de eventos festivos, em ocasiões lúdicas e outras fantasias coletivas sobre as quais as notícias fornecem exemplos em abundância.

Ética e estética! Alguns espíritos mal-humorados não deixam de vituperar contra o surgimento de um "homo festivus". E esquecendo-se que tal conjunção estava na origem das grandes culturas, como no Quattrocento italiano e na França renascentista. Notemos que se o *homo sapiens* foi o fundamento do progressismo ocidental, o *homo ludens* enfatiza uma concepção mais complexa da humanidade, a da progressividade, que implica a contribuição do passado e da tradição. Em resumo, as formas arcaicas, ou seja, originais de todo viver-junto. É dessa forma que podemos entender este inegável hedonismo popular, falando na melhor das hipóteses de um bom senso ético: talvez a vida não vale nada, mas nada vale a vida. O que traduz, ao mesmo tempo, o fato de que o povo é artista, criador de sua vida.

A República não é uma e indivisível, repousando com base em um único valor em forma de um espírito de seriedade. A "res-publica" é, isto sim, um mosaico multifacetado, no qual vários valores, incluindo o prazer de ser, podem ocupar um lugar especial. Assim, em contraste ao utilitarismo que prevaleceu durante toda a modernidade, e cuja expressão moral foi

completada, a “coisa pública” encontra, através da ética, a importância do inútil: o preço das coisas sem preço. A importância do frívolo, do supérfluo, da necessidade do luxo, expressando para a aristocracia popular o desejo do não-funcional. A ética, no que diz respeito ao seu imoralismo, é a expressão de uma sociedade aberta, policultural, relativista. Sociedade na qual o choque dos valores é garantia de uma harmonia conflitual. Isso quer dizer não uma harmonia *a priori*, puramente intelectual e um pouco abstrata, aquela do contrato social, e sim uma harmonia *a posteriori*, aquela concreta e que integra a inteireza das especificidades humanas, harmonia saída do pacto emocional.

Esta função de “religação” da ética, que é um enraizamento dinâmico, pode ajudar a compreender que, para além dos poderes efêmeros, sejam eles econômicos, políticos, sociais ou simbólicos, existe uma potência de base que perdura no tempo. A potência ética sabe disso, através de um “conhecimento incorporado”, que o poder moral é temporário - *et illud transit*: isto também passará. É neste sentido que a teologia católica sempre enfatizou que a igreja hierárquica institucional, visível, tinha legitimidade, em referência ao “corpo místico” específico da comunidade da graça. Comunidade imaterial, mas não menos real e formando em seu sentido escultural, a alma, isto é, o núcleo central da arquitetura eclesial. Da mesma forma o idealismo alemão, em seu momento efervescente, verá os jovens Hegel, Schelling e Hölderlin opor à igreja visível a igreja invisível, esta última fornecendo a base, irrefutável, daquela.

Existe alguma coisa de pagã na ética pelo fato de implicar uma experiência comum neste mundo aqui. Nova e eterna sabedoria, aquela da ecossófia, que nos ensina a apreciar a pertinência do aspecto prospectivo. Ainda no que diz respeito à ética, ela se contenta com a justiça. A partir de um enraizamento em um determinado lugar “site”, real e virtual (o bairro ou Internet), ela se usa para favorecer o “poder ser”. Ela é particular, local e particularmente observável na multiplicidade de ajuntamentos pós-modernos (musicais, religiosos, esportivos) nos quais o lúdico e o festivo ocupam um lugar de destaque. A ética é causa e efeito das vibrações comuns, das paixões e emoções coletivas. Todas estas coisas remetem ao que se pode denominar uma “ética da estética”. Quanto às deontologias, elas se debruçam sobre a importância das situações vividas no cotidiano. Todas estas coisas anódinas, familiares, situações próprias da vida cotidiana que os espíritos sérios relegam à rubrica do não-essencial.

## Notas

\*Sociólogo e professor da Sorbonne e membro do Instituto Universitário da França. E-mail: michel@maffesoli.org

<sup>1</sup> Este texto de Michel Maffesoli foi elaborado para um seminário na Sorbonne, em 2012, e que ele, gentilmente, cedeu durante meu pós-doutorado no grupo de pesquisas dirigido por ele, o CEAQ (Centre d’Etude sur l’Actuel et le Quotidien), em Paris. Cabe outra observação: a versão aqui traduzida não é integral, mas se procurou manter uma coerência

estilística e formal na transição entre um parágrafo e outro, sequência essa que, algumas vezes, não respeita a forma original do texto. Tradução: Eduardo Portanova Barros (PNPD/CAPES/PPG em Ciências Sociais Unisinos). Autor de “Maffesoli: entre a ciência alegre e o demasiado humano. Aproximações de uma sociologia anarquista” (2014). Tradutor de “Sociologia do imaginário” (LEGROS, P. et al. Porto alegre: sulina, 2007).

<sup>2</sup> Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, I e II, questão 49, art. 3a.

<sup>3</sup> Refere-se a um personagem de fantoche muito popular na França.

<sup>4</sup> Cf. Martin Heidegger, *Approche de Hölderlin*, Gallimard, 1962, p. 46.

Recebido em: setembro de 2014.  
Aprovado em: dezembro de 2014.